

## REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2011

1 Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, às quinze horas, na sala  
2 de reuniões da CODAR - Companhia de Desenvolvimento de Araucária, sede de reuniões do  
3 Conselho Municipal do Plano Diretor do Município de Araucária, aconteceu reunião ordinária  
4 do mandato dos conselheiros do período de 30 de maio de 2011 a 30 de maio de 2013,  
5 estando presentes os seguintes conselheiros: Leonardo Afonso Brusamolin Junior, Salete  
6 Kulig, Fabiana Moreno Casado, Lauri Anderson Lenz, Josiane Novak, Marcelo Gil Kuligowski,  
7 Hélio Luiz Bzuneck, Gustavo Soares Almeida, Márcio Roberto Vilhena Canto, Silvane Belo  
8 dos Santos, Ana Paula Batista Karas, José Machado Padilha, Paulo Henrique Areias Horácio,  
9 Valter Lopes da Luz, Osvaldo Apolinária, Mauricio de Melo, Jose Paulo Frederico R. Loureiro,  
10 Jeulliano Pedroso de Lima, Maria Eonice dos Santos, Pércles Alves Pinto. A reunião iniciou  
11 com a assinatura da lista de presença e entrega da pauta, com os seguintes assuntos para  
12 serem debatidos: Aprovação das apresentações dos Estudos de Impactos de Vizinhança na  
13 Audiência Pública de 26 de agosto; Processos números: 7.459/11- Rosnildo Pedro Gai,  
14 1.525/11 – CEA Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda, 11.742/10 – Laigui- Administradora  
15 de Imóveis Ltda, 11.741/10 – F. Cardoso Administração e Empreendimentos e Participações,  
16 7.625/11 – Bag Pel Representações Comerciais Ltda. Apresentação dos processos que  
17 passaram pela Câmara Técnica: nº 7.996/11 – Mitra Diocese de São José dos Pinhais, nº  
18 5.136/11– União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º dia; nº 3.005/11 – Mitra da  
19 Arquidiocese de Curitiba, nº 7.875/11 – Luiz Antonio Russe; nº 7.183/11 – Maria Ivanir Valério.  
20 Aprovação do Regimento interno da 1ª Conferência da Revisão do Plano Diretor Municipal;  
21 Aprovação da Resolução nº 011/2011 – “Uso e Ocupação do Solo para Área Rural do  
22 Município de Araucária”; Aprovação da Resolução nº 012/2011 – “Estabelece parâmetros de  
23 Uso e Ocupação do Solo para Estabelecimentos de Culto”; Assuntos Gerais Processo nº  
24 3.422/11 – COHAPAR – Correção de Projeto para fins residenciais - sobre o uso recuo para  
25 utilização como garagem. Lauri coloca para apreciação e assinatura a ata de 06/09/2011 da  
26 Câmara Técnica. Leonardo inicia a reunião solicitando que Lauri faça a apresentação dos  
27 Processos dos Estudos de Impacto de Vizinhança apresentados na audiência pública de  
28 26/08/2011. Lauri explica os estudos apresentados pelas empresas acima mencionadas,  
29 sendo que Jeulliano questiona se as melhorias na infraestrutura urbana citadas nos estudos  
30 serão realizadas pelo empreendedor ou pelo poder público e Leonardo explica que a  
31 instalação do empreendimento irá valorizar e requalificar o espaço urbano, promovendo a  
32 melhoria da região como um todo. Loureiro coloca que a empresa não expõe todos os  
33 detalhes do projeto nas audiências públicas e Hélio explica que o projeto em si passa pela  
34 aprovação da Secretaria de Urbanismo, e que o EIV contempla apenas os impactos do  
35 empreendimento na região, sendo que a audiência pública é adequada à apresentação dos  
36 Estudos de Impactos de Vizinhança. Alguns assuntos não são discutidos nessa fase. Loureiro  
37 coloca que devemos evoluir no sentido de resgatar informações que se referem ao  
38 empreendimento, pois nem sempre estão cumprindo a legislação. Hélio diz que no processo  
39 de Estudo de Impacto de Vizinhança a empresa declara que possui a área de permeabilidade  
40 de acordo com a legislação vigente, mas após a implantação pode haver alteração dessa  
41 área. Josiane diz que inicialmente é feita a aprovação do processo e após a implantação é  
42 feita vistoria para emissão de certificado de conclusão de obra. Leonardo coloca que fica claro  
43 entre o processo e o momento (agora) e que o após não é avaliado pelo Conselho. Assim,  
44 todas as apresentações em Audiência Pública referentes aos processos acima citados foram  
45 aprovadas pelos Conselheiros. Leonardo solicita que Lauri apresente os processos das  
46 Igrejas. Lauri apresenta e explica os parâmetros de uso e ocupação do solo para  
47 Estabelecimentos de Culto Religioso, resultado da reunião da Câmara Técnica de Uso e  
48 Ocupação do Solo. Leonardo pergunta se há alguma dúvida a respeito da resolução nº  
49 012/2011 e Hélio pergunta se os parâmetros colocados são para os processos novos ou  
50 também para as igrejas que já estão implantadas. Leonardo explica que os parâmetros são

## REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2011

51 para os novos processos e para pedidos de ampliação e regularização, que nestes casos  
52 deverão se adequar. Hélio coloca que a elaboração passou para avaliação dos técnicos da  
53 SMMA que analisaram a poluição sonora. Márcio pergunta sobre os decibéis. Lauri diz que já  
54 está regulamentado em normas técnicas, não havendo necessidade de constar na resolução.  
55 Loureiro cita exemplo da construção da Igreja Universal em Curitiba para mais de seis mil fiéis  
56 que será a maior igreja da região sul. Silvane questiona se a exigência de vagas de  
57 estacionamento será a mesma para atividades comerciais e Leonardo responde que não, que  
58 o número é maior. A Resolução nº 012/2011 foi aprovada por unanimidade. Josiane apresenta  
59 e explica a resolução nº 011/2011 – Uso e Ocupação do Solo para Área Rural do Município de  
60 Araucária. Loureiro pergunta se foi criado artigo sobre condomínios, Péricles esclarece que  
61 condomínio é parte ideal e não tem na legislação, cita que não podemos legislar na Lei  
62 Federal como Leonardo sempre colocou desde o início das reuniões do Conselho Municipal  
63 do Plano Diretor. Péricles explica que o “parcelamento” é feito de maneira legal e que não  
64 passa pela Prefeitura Municipal e que deveria ser aprovado pelo INCRA. Jeulliano diz que se  
65 preocupa com a questão levantada, Péricles explica que se herdar área menor que vinte mil  
66 metros quadrados se for fazer consulta no INCRA é parte ideal. Outro tipo de parte ideal, só  
67 existiu um caso no Município, próximo do Guajuvira, onde houve concordância do município e  
68 a área foi caracterizada como de não uso agrícola, onde há uma rota de Turismo Rural.  
69 Leonardo diz que estamos caminhando no sentido de Lei e que o Conselho Municipal do  
70 Plano Diretor não pode fazer uma lei, apenas deliberar sobre casos omissos. Leonardo coloca  
71 que a intenção da regulamentação é tentar colocar parâmetros para localidades rurais sem  
72 interferir na legislação federal. José Loureiro pergunta sobre o sitio de recreio, Lauri explica  
73 que a área rural é considerada como um todo, sem considerar as peculiaridades de cada  
74 região, e que deveria haver um macrozoneamento rural, e que não podemos regulamentar a  
75 fração ideal. Josiane coloca como pauta para a revisão do Plano Diretor. Leonardo diz que  
76 com certeza será pauta de revisão e sugere que seja feita uma consulta à PGM sobre o  
77 parcelamento da área rural e todos concordaram. Paulo Horácio cita a Lei Federal nº6766/79,  
78 que trata das áreas rurais e do parcelamento no módulo rural. Josiane continua a  
79 apresentação da resolução, Péricles coloca a Loureiro sobre o dispositivo legal, que não é o  
80 município o regulador, e sim o INCRA. Leonardo diz que tentamos atender os proprietários  
81 que querem regular e não tem instrumentos para fazê-los na zona rural. Péricles diz que o  
82 Conselho Municipal do Plano Diretor não tem competência para alterar parte ideal e que na  
83 discussão três áreas foram apontadas como necessidade de estudo, onde a Vila do Sossego  
84 é uma delas. Leonardo diz que o problema foi a caracterização da área rural, onde tudo que  
85 não é urbano virou rural sem considerar as características das áreas. Fabiana esclarece sobre  
86 os núcleos urbanos criados na Lei de Perímetro Urbano, mas que elas não são consideradas  
87 urbanas e não se pode legislar sobre elas. Marcelo coloca que nestas áreas é que aparecem  
88 comércios clandestinos de maneira ilegal, que solicitam ligações de luz, água e que começam  
89 assim as irregularidades. O Conselheiro Mauricio faz a mesma fala, Leonardo coloca que os  
90 parâmetros apresentados são para os bem intencionados, que esta deve ser nossa base de  
91 referência, e que caminhar para Lei específica foge a nossa competência, que devemos  
92 aprovar e iniciar a regulamentação no momento certo que é o hoje. Péricles explica a Loureiro  
93 todas as consultas realizadas na Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo para se chegar  
94 à proposta da resolução, inclusive ouviu-se quatro empresas imobiliárias. Após discussão foi  
95 aprovada a Resolução nº 011/2011 - Uso e Ocupação do Solo para Área Rural do Município  
96 de Araucária pelos conselheiros presentes. Leonardo solicita para Fabiana que apresente o  
97 regimento interno da 1ª Conferencia Municipal do Plano Diretor. Fabiana inicia a apresentação  
98 explicando que a Comissão Organizadora se reuniu para o desenvolvimento do regimento e a  
99 indicação de algumas sugestões para o desenvolvimento da Conferência e que estes  
100 documentos estavam sendo entregues no momento ao Conselho. Fabiana fala da data e

## REUNIÃO REALIZADA EM 19/09/2011

101 horário (dia 19/11/2011 – das 08h às 16h), fala sobre o credenciamento antecipado dos  
102 delegados. O Conselheiro Mauricio diz que o credenciamento para a população em geral será  
103 feita até o momento da Conferência. Fabiana esclarece que só para delegados que o  
104 cadastramento é anterior a data da conferência. O Conselheiro Mauricio coloca que a Saúde  
105 já fez onze conferências e tem muita experiência, pede que coloque no Edital de convocação  
106 sobre o assunto, e todos concordaram. Paulo pergunta se precisa restringir a no mínimo de  
107 um ano o registro da associação ou entidade e Loureiro coloca que tem que ter atividade  
108 constituída que é passível de denúncia se tiver menos de um ano, sugere que permaneça  
109 este tempo e todos concordaram. Fabiana finaliza a apresentação e informa que o Regimento  
110 será colocado em aprovação no dia da Conferência. Em assuntos gerais, Josiane apresenta o  
111 processo nº 3.422/11 – COHAPAR – Correção de Habitação de Interesse Social, explica que  
112 o processo foi aprovado em 2003 (loteamento), mas que por trata-se de Habitação Unifamiliar  
113 de Interesse Social não existe regulamentação para a utilização do recuo frontal para  
114 garagem, foi solicitado adequação da implantação. Leonardo apresenta o Processo nº  
115 8655/2011 – Moacir Guedes de Moura – Análise e parecer jurídico sobre a vaga do  
116 conselheiro – Leonardo lê o parecer jurídico nº 1.422/2011, diz que será encaminhado ofício  
117 ao conselheiro e ao Conselho Municipal de Educação para conhecimento e providências.  
118 Loureiro solicita cópia do convênio entre a SANEPAR e Prefeitura e Leonardo se  
119 comprometeu a encaminhar. Hélio explica que o Plano Municipal de Saneamento foi  
120 fracionado para facilitar os estudos e terá audiências separadas, Leonardo explica como  
121 funciona, fala do plano municipal de saneamento que é bom participar que o governo federal  
122 vai financiar os municípios, Leonardo agradece a participação de todos e encerra a reunião.  
123 Nada mais a relatar eu Conselheira Salete Kulig, lavrei a presente ata que vai assinada por  
124 mim e pelos conselheiros já referenciados.